

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2017.

Requer sejam prestadas informações pelo Sr. Ministro da Transparência e Controladoria Geral da União, a respeito do recebimento de valores pelo Ministro de Estado da Fazenda.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Transparência e Controladoria Geral da União, Wagner Campos Rosário para que esclareça os seguintes questionamentos acerca da situação patrimonial do Senhor Ministro da Fazenda Henrique Meirelles.

- a. Qual era a situação patrimonial do Ministro da Fazenda quando da investidura no cargo?;
- b. No ato da posse o Ministro Henrique Meirelles apresentou “declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública”? Quais bens, direitos e valores constavam da declaração? Qual o patrimônio total do Ministro?
- c. Além da declaração exigida pela Lei nº 8.730, de 1993, o Sr. Ministro apresentou informações sobre sua situação patrimonial que, real ou potencialmente, possam suscitar conflito de interesse público, indicando o modo pelo qual irá evita-lo? Em caso positivo, quais afirmações foram apresentadas?

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com notícias veiculadas nas últimas semanas, o Ministro da Fazenda Henrique Meirelles teria recebido, em 1º de fevereiro de 2016, três meses antes de assumir o Ministério da Fazenda, R\$ 167 milhões em contas que ele mantinha no exterior e que foram usadas para receber pagamentos de grandes empresas, incluindo a J&F, empresa do delator Joesley Batista. Posteriormente, o Ministro teria recebido, ainda, outros R\$ 50 milhões quatro meses depois de ocupar a Fazenda.

As duas transações teriam sido feitas para Meirelles a partir das contas da empresa de consultoria dele, cujo nome atual é HM&A. Nos dois casos, o objeto da empresa, até aquele momento, era assessorar grandes empresários, dar palestras e fazer investimentos.

Noticia-se, ainda, que os pagamentos referentes aos serviços prestados teriam vindo de contas do exterior. Não se sabe, porém, quem seriam as empresas para quem os serviços foram prestados, e tampouco a justificativa dessa origem das verbas vir do exterior.

Tampouco o Sr. Ministro apresentou, conforme solicitado pela Comissão de Ética, os contratos que pudessem comprovar tais informações, bem como suas respectivas datas de encerramento, conforme informa o site de notícias UOL (<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/07/26/comissao-de-etica-nao-viu-conflito-de-interesses-em-transacoes-de-meirelles.htm>).

Entre as empresas mencionadas, estão as instituições financeiras norte-americanas Lazard, KKR e a J&F, das marcas Friboi e JBS. Assim, diante do cargo ocupado de Ministro de Estado da Fazenda e da manutenção como associado na empresa HM&A de maneira concomitante, e diante dos fatos que envolvem a J&F e a JBS, é fundamental que se esclareçam as questões apresentadas.

Sala das Sessões,

Carlos Alberto Rolim Zarattini
Deputado Federal – PT/SP